# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA









# A Reforma Penitenciária e o Fim das Saidinhas: Análise da Lei 13.843/2024

### Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini Gabriel Souza Capanema Azevedo Flávia Rodrigues Cantagalli Alexandre Fonseca Monteiro De Castor Felipe De Almeida Campos Ivone Alves De Sousa Santos

#### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

#### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE - UNIDADE ANTONIO CARLOS

#### Introdução

A Lei 13.843/2024 representa um grande marco para o sistema penitenciário brasileiro, introduzindo mudanças significativas nas políticas de execução penal, especialmente no que tange às controversas "saidinhas" temporárias. Este resumo expandido possuí o objetivo de analisar as implicações constitucionais da referida lei, que foi proposta com o intuito de abolir o benefício das saídas temporárias que atualmente está previsto na LEP (Lei de Execuções Penais), este estudo trabalha sob a perspectiva do Direito Constitucional, considerando os princípios da dignidade da pessoa humana e da segurança pública.

### Objetivo

Examinar os efeitos jurídicos e sociais da Lei 13.843/2024, com foco na eliminação das saídas temporárias.

## Material e Métodos

Para esta análise, foram consultados os textos legais da referida lei em questão, da LEP (Lei de Execuções Penais) e também o texto artigos acadêmicos e dados estatísticos oficiais. A metodologia incluiu revisão bibliográfica e análise qualitativa das informações coletadas, com ênfase nas alterações promovidas pela lei e suas consequências práticas no ordenamento jurídico brasileiro e também nas praticas de execuções penais.

#### Resultados e Discussão

A Lei 13.843/2024, mais conhecida como Lei Sargento PM Dias, em homenagem ao Sargento PM Roger Dias, pertencente aos quadros do 13° Batalhão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que foi morto covardemente por um criminoso beneficiado por induto, popularmente conhecido como saidinha.

Restringir as saidinhas é o reflexo de um esforço legislativo de equilibrar a reintegração social dos detentos com a proteção da sociedade. A taxa de retorno ao sistema prisional acima de 95% durante as saidinhas indica uma eficácia limitada deste benefício na ressocialização, enquanto os eventos criminosos associados a essas

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA









liberações temporárias justificam a necessidade de reforma.

#### Conclusão

A Lei 13.843/2024, ao abolir as popularmente conhecidas ``saidinhas´´, fortalece o sistema de justiça penal e a segurança pública, alinhando-se aos princípios constitucionais de proteção social e respeito à dignidade humana.

#### Referências

Textos da Constituição Federal, artigos sobre a Lei 13.843/2024, dados da Secretaria de Segurança Pública e análises de especialistas em Direito Penal e Execução Penal.